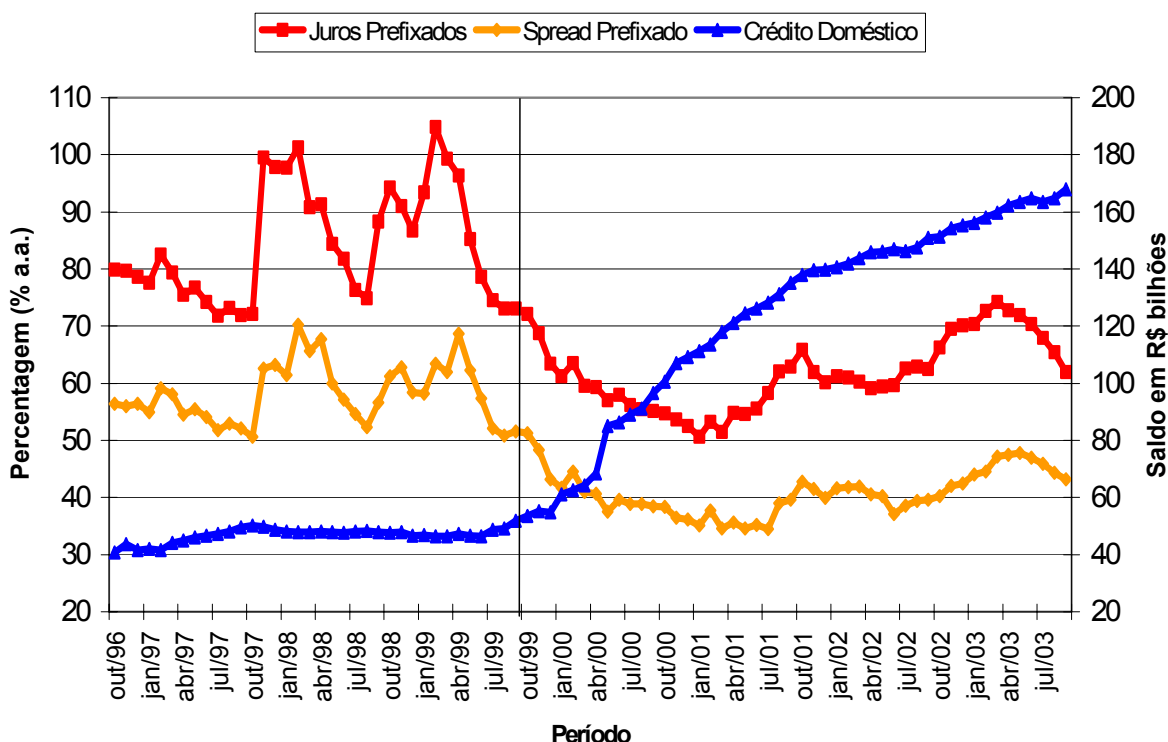


II – Juros e *Spread* Bancário – Evolução Recente

Os juros e *spreads*¹ bancários foram fortemente influenciados pela crise e ajuste pelos quais a economia brasileira passou a partir de meados de 2002. Com base nos dados disponíveis até setembro de 2003, juros e *spreads* apresentaram crescimento até o final do primeiro trimestre deste ano, atingindo o pico durante o segundo trimestre, e iniciando uma trajetória descendente que persiste até o presente momento, embora as taxas ainda estejam num patamar próximo ao observado em outubro do ano passado.

Conforme pode ser visto no Gráfico 1, a taxa de juros média prefixada no primeiro semestre deste ano, apesar de ter atingindo mais de 70% a.a. em março, está em queda desde então. O *spread* médio prefixado tem acompanhado a trajetória dos juros e está em um patamar abaixo dos 50 p.p. observado até outubro de 1999, quando houve o início das ações vinculadas ao "Projeto de Juros e *Spread* Bancário". Com a redução das incertezas no cenário macroeconômico, as sucessivas quedas da taxa Selic e a diminuição dos depósitos compulsórios, os juros e *spreads* prefixados têm mostrado uma nítida trajetória descendente. Uma vez que a taxa de inflação, bem como as expectativas, vêm convergindo para a meta do ano, as perspectivas para o futuro próximo são bastante positivas quando comparadas às de meados do ano passado.

Gráfico 1
Crédito Livre Doméstico do SFN



Além dos juros e *spreads* bancários, outro elemento importante a ser observado é o volume de crédito. Desde a implementação das ações do "Projeto Juros e *Spread* Bancário", o

¹ O *spread* bancário é obtido pela diferença entre as taxas de aplicação e a taxa de captação do mercado.

volume de crédito livre doméstico (crédito total exclusive os direcionados e repasses externos) vem apresentando forte crescimento nominal. No último ano, o crescimento foi mais moderado, mas persistiu a despeito do aperto monetário do período.

O saldo dos créditos lastreados em recursos externos, não obstante a fraca evolução de seu valor em dólares, apresentou, a partir de 1999, pequeno aumento na participação relativa no total de crédito, o que pode ser explicado pela forte flutuação/desvalorização cambial no período. Neste último ano, porém, houve redução na captação de recursos em dólar, apesar da gradual retomada das linhas de crédito no exterior – particularmente via Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) – conjugada com uma apreciação da moeda nacional, o que implicou numa queda, medida em reais, da participação desses repasses.

Finalmente, os empréstimos, repasses e refinanciamentos de bancos e fontes governamentais, normalmente a custos inferiores aos do mercado, que tiveram importante papel no financiamento do crescimento econômico no passado recente brasileiro, continuaram bastante representativos. Apesar das restrições econômicas e orçamentárias que impuseram limites a este tipo de apoio creditício, os recursos direcionados apresentaram aumento na participação do crédito total durante o último ano, principalmente em virtude da evolução dos créditos rurais.

II.1 Evolução dos Juros e *Spread* Bancário

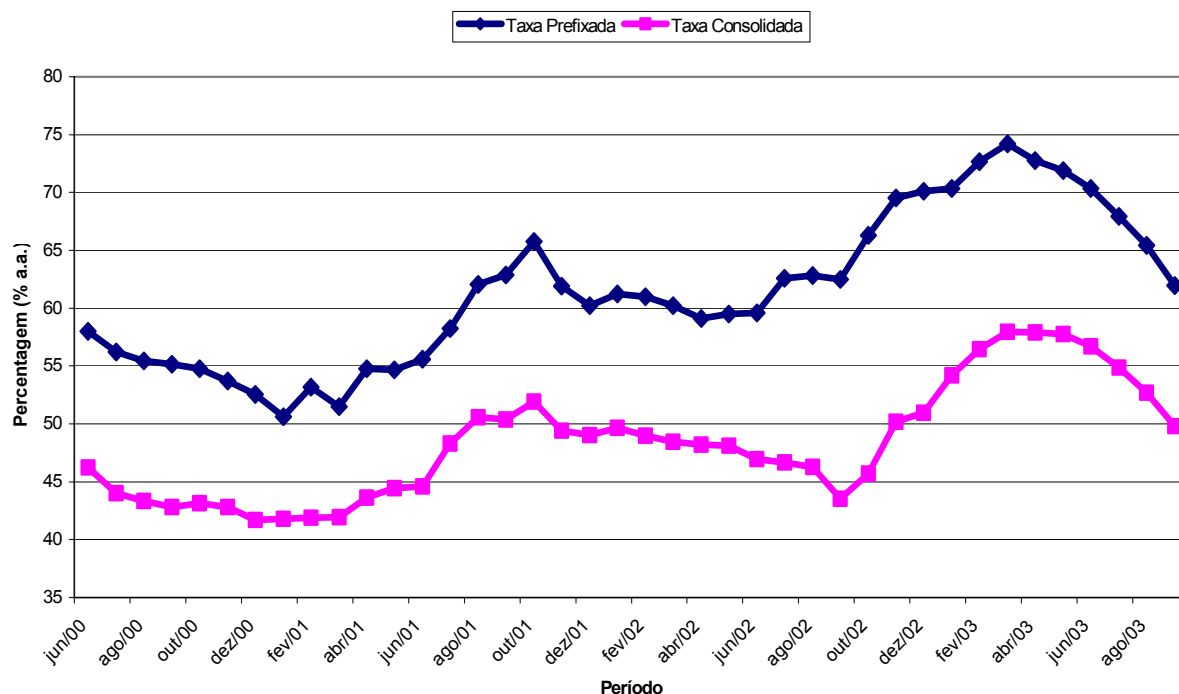
As taxas de juros das operações de crédito com recursos livres apresentavam tendência de crescimento desde meados de 2002. Incertezas associadas ao processo eleitoral e à aceleração da inflação, acompanhadas pelo aperto monetário realizado pelo Banco Central – por meio de elevações na meta da taxa Selic e na alíquota do compulsório sobre depósitos à vista – podem ser considerados como fatores determinantes do comportamento das taxas ativas no primeiro e parte do segundo trimestres deste ano.

As taxas de juros prefixadas e as taxas consolidadas – que passaram a ser calculadas a partir do ano passado mediante a inclusão das taxas flutuantes e pós-fixadas – aumentaram até atingirem um máximo em março deste ano quando começaram a cair ininterruptamente, como se pode observar no Gráfico 2. A trajetória descendente dessas taxas após o segundo trimestre pode ser explicada parcialmente pela melhoria no cenário macroeconômico. Os apertos monetário e fiscal, conjugados com uma maior estabilidade da taxa de câmbio, serviram para diminuir as pressões inflacionárias. Nesse cenário, as posteriores reduções da taxa básica de juros e a queda dos compulsórios em agosto tornaram o ambiente mais favorável às reduções dos juros praticados no mercado. Vale ressaltar ainda que as taxas de juros de longo prazo (*Swap* 360 dias) começaram a cair consistentemente a partir de março deste ano, o que indica que a curva de juros antecipou o movimento de cortes da taxa Selic, o que favoreceu a redução dos custos dos empréstimos.

Na Tabela 1, verifica-se que a taxa média de juros consolidada partiu de 47% a.a. em junho de 2002, atingiu um máximo de 58% a.a. em março deste ano e diminuiu para 49,8% a.a. em setembro último. A taxa média de juros cobrados nas modalidades de empréstimos a pessoas físicas (que são fundamentalmente prefixadas) apresentou um comportamento próximo àquele descrito acima: partiu de 70,4% a.a. em junho de 2002, atingiu um pico de 87,3% a.a. em março e caiu para 70,7% a.a. em setembro deste ano. É importante destacar

que o crescimento entre junho de 2002 e março deste ano foi de 16,8 p.p., e a queda nos seis meses seguintes foi de 16,6 p.p..

Gráfico 2
Taxas Médias de Juros das Operações de Crédito Livre (% a.a.)



No segmento pessoa jurídica, as taxas de juros prefixadas, flutuantes e pós-fixadas, sendo que o cálculo da taxa média pós-fixada incorpora a expectativa de variação cambial (medida pela diferença entre o dólar médio no mês e a cotação média do contrato futuro de dólar comercial negociado na BM&F), também apresentaram o mesmo padrão, como explicitados na Tabela 1 e no Gráfico 3.

Tabela 1
Taxas Médias Mensais das Operações de Crédito com Recursos Livres - Juros¹

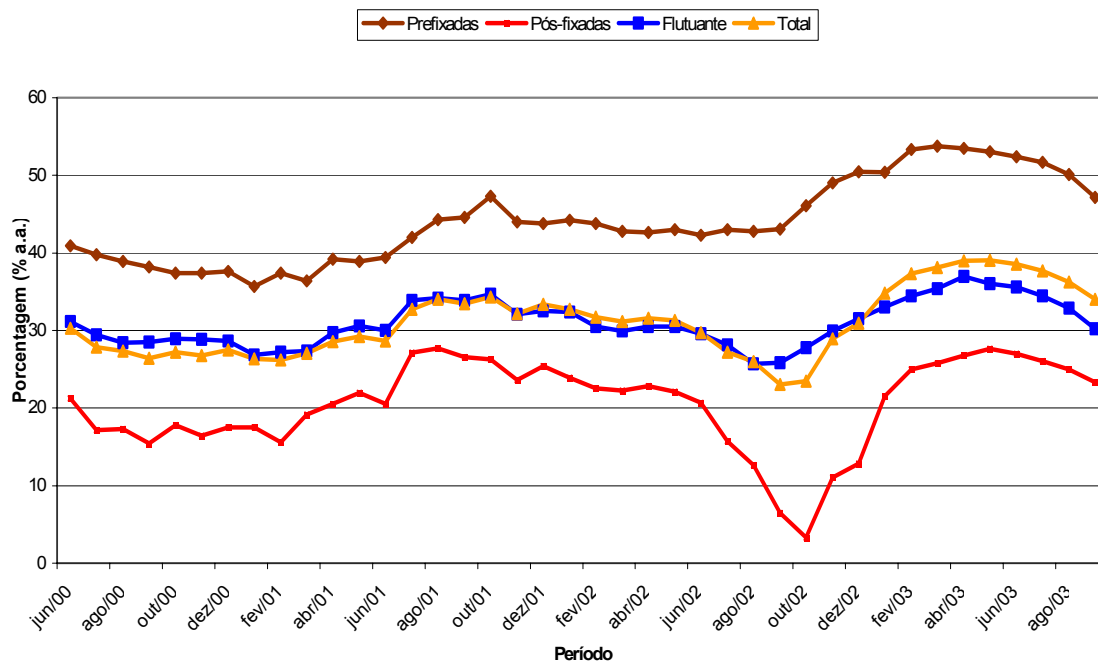
Modalidade	jun/02	set/02	dez/02	mar/03	jul/03	set/03*	Variação (p.p.)		
							jun/mar	mar/set	doze meses
Juros - Total	47,0	43,6	51,0	58,0	54,9	49,8	11,0	-8,2	6,2
Pessoa Jurídica	29,7	23,0	30,9	38,1	37,7	34,0	8,4	-4,1	11,0
- Prefixados	42,3	43,0	50,5	53,8	51,7	47,1	11,5	-6,6	4,1
- Pós-fixados	20,7	6,5	12,9	25,8	26,0	23,4	5,1	-2,4	16,9
- Flutuante	26,9	25,9	31,5	35,4	34,4	30,2	8,5	-5,2	4,3
Pessoa Física	70,4	74,7	83,5	87,3	77,9	70,7	16,8	-16,6	-4,0

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

¹ Taxas de juros em % a.a

*Dados preliminares.

Gráfico 3
Taxa de Juros – Pessoa Jurídica



A análise da evolução das taxas médias mensais prefixadas cobradas em diferentes modalidades, que são apresentadas na Tabela 2, permite destacar aquelas que apresentaram maiores oscilações. O destaque negativo foi o crescimento da taxa média da modalidade conta garantida que aumentou 17,1 p.p. entre junho de 2002 e março deste ano e só caiu 4,5 p.p. até setembro último, permanecendo 12,6 p.p. mais cara do que em meados do ano passado. Os destaques positivos foram as reduções, entre março e setembro de 2003, de 25,7 p.p. e 14,7 p.p., respectivamente, das taxas médias do cheque especial e do financiamento para aquisição de veículos, fazendo com que essas taxas se apresentassem 6,6 p.p. e 3,9 p.p. mais baratas do que as verificadas em junho de 2002.

Tabela 2

Taxas Médias Mensais Prefixadas das Operações de Crédito com Recursos Livres - por Modalidade

Modalidade	Taxa de Aplicação Padronizada (% a.a.)						Variação (p.p.)		
	jun/02	set/02	dez/02	mar/03	jul/03	set/03*	jun/mar	mar/set	doze meses
Total	59,6	62,5	70,1	74,2	67,9	62,0	14,6	-12,3	-0,5
Pessoa Jurídica	42,3	43,0	50,5	53,8	51,7	47,1	11,5	-6,6	4,1
Desconto de Duplicatas	48,0	48,7	56,1	57,1	54,5	48,5	9,2	-8,6	-0,2
Capital de Giro	36,0	36,2	42,3	47,4	43,6	39,4	11,4	-8,1	3,1
Conta Garantida	62,8	64,1	77,3	79,9	80,5	75,4	17,1	-4,5	11,3
Aquisição de Bens	33,4	36,3	43,0	42,4	37,2	33,5	8,9	-8,8	-2,7
Vendor	24,3	25,9	32,9	33,7	173,9	26,2	9,3	-7,5	0,3
Pessoa Física	70,4	74,7	83,5	87,3	77,9	70,7	16,8	-16,6	-4,0
Cheque Especial	158,8	158,4	163,9	177,9	173,9	152,2	19,2	-25,8	-6,2
Crédito Pessoal	80,8	85,4	91,8	100,6	91,7	83,9	19,9	-16,7	-1,5
Aquisição de Bens - Veículos	42,7	47,4	55,5	53,5	42,9	38,8	10,8	-14,7	-8,6
Aquisição de Outros Bens	63,2	71,2	80,7	82,0	75,2	71,6	18,9	-10,4	0,4

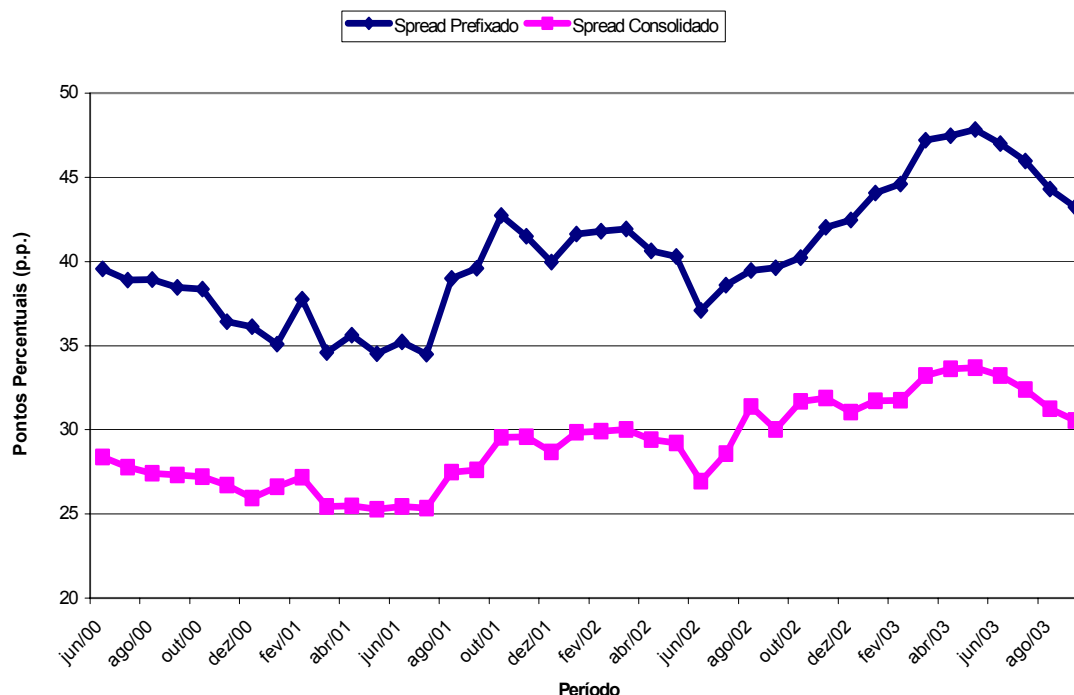
Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

*Dados preliminares.

A evolução dos *spreads* é apresentada no Gráfico 4. Observa-se, mais uma vez, um comportamento próximo ao das taxas de juros: desde junho de 2002 o *spread* médio prefixado vinha crescendo até atingir o máximo de 47,83 p.p. em maio de 2003 e cair a partir daí para 43,21 p.p. em setembro². O *spread* médio consolidado, por sua vez, após uma elevação entre junho e outubro de 2002, apresentou alguma estabilidade até fevereiro de 2003 em função dos aumentos dos custos de captação – acompanhando o aumento na taxa Selic – e que se refletiram nas taxas ativas. Durante o segundo trimestre o movimento foi de elevação, que só foi revertido a partir de maio, voltando, em setembro, aos níveis vigentes em setembro do ano passado. A análise da trajetória do *spread* nas modalidades de crédito a juros pós-fixados, como será visto mais adiante, mostra que a melhora nas expectativas – refletidas já nas reduções dessas taxas no início do ano de 2003 – suaviza a trajetória de crescimento do *spread* consolidado.

² No cálculo do *spread* médio prefixado, as taxas de captação do mercado são obtidas pela média das taxas diárias de remuneração dos certificados ou recibos de depósitos bancários (CDB/RDB) para modalidades cujo prazo médio situa-se em torno de 30 dias. Para as demais modalidades com prazo superior a 30 dias, as taxas de captação são obtidas pela média das taxas referenciais dos contratos realizados no mercado de derivativos, que expressa a expectativa para a taxa básica de juros correspondente aos respectivos prazos (contratos de *swap* DI x pré).

Gráfico 4
Spread Médio das Operações de Crédito Livre (p.p.)



A desagregação dos dados, separando as modalidades de crédito voltadas para pessoas jurídicas daquelas voltadas a pessoas físicas, mostra um comportamento diferente nos dois segmentos. A partir dos dados da Tabela 3, vê-se que o *spread* nas operações feitas com pessoas físicas apresentou um crescimento de 1,5 p.p. nos últimos doze meses, enquanto que, neste mesmo período, o *spread* das operações com pessoas jurídicas caiu 1,3 p.p.. Essa queda no segmento pessoa jurídica ocorreu principalmente em virtude da queda do *spread* para operações com taxas pós-fixadas (-9,4 p.p.). Como resultado, o *spread* total não se alterou muito quando se compararam os meses de setembro de 2002 e de 2003.

Tabela 3
Taxas Médias Mensais das Operações de Crédito com Recursos Livres - Spread¹

Modalidade	jun/02	set/02	dez/02	mar/03	jul/03	set/03*	Variação (p.p.)		
							jun/mar	mar/set	doze meses
Spread - Total	26,9	30,0	31,1	33,2	32,4	30,6	6,3	-2,7	0,5
Pessoa Jurídica	12,0	15,6	16,3	14,9	14,6	14,3	2,9	-0,6	-1,3
- Prefixados	22,1	22,4	25,0	27,4	28,9	28,1	5,3	0,7	5,7
- Pós-fixados	5,0	13,3	12,5	7,1	4,1	4,0	2,1	-3,1	-9,4
- Flutuante	9,1	8,0	8,6	9,1	9,2	9,3	0,0	0,2	1,4
Pessoa Física	46,6	50,6	54,5	59,9	56,4	52,1	13,3	-7,8	1,5

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

¹ Taxas de *spread* em p.p.

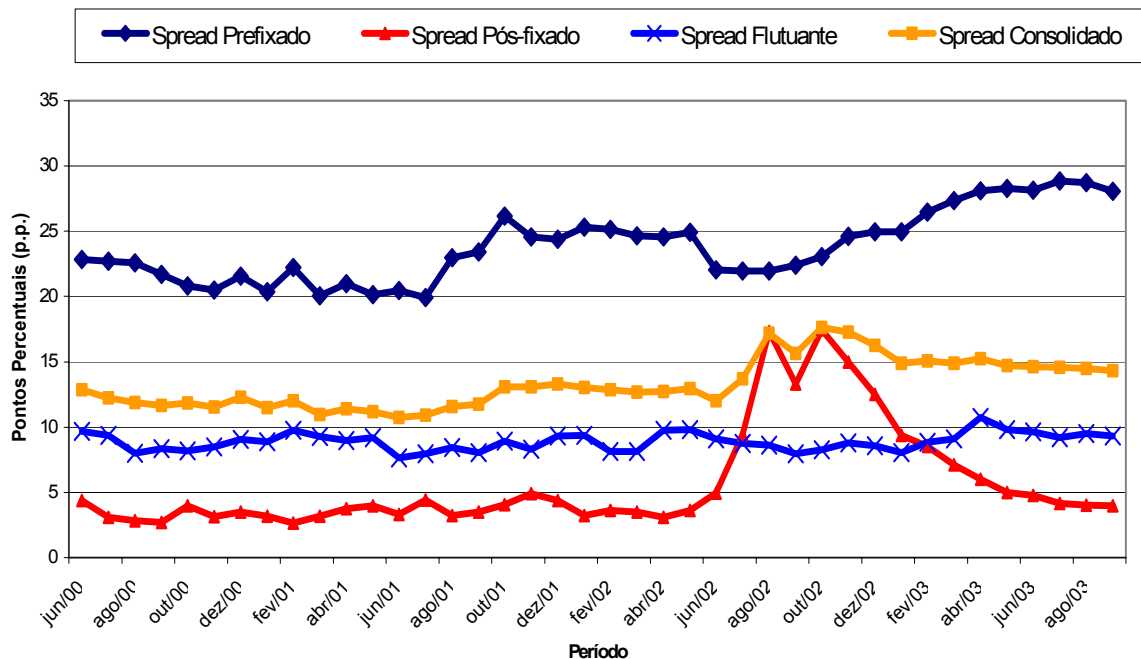
*Dados preliminares.

Entretanto, assim como ocorreu com as taxas de juros, tanto o *spread* total quanto o *spread* de pessoa física cresceram entre junho de 2002 e maio de 2003 e sofreram redução a partir

de então. Já no segmento de pessoas jurídicas, a evolução foi bastante diferente: apresentou um pico em outubro do ano passado (17,65 p.p.) e desde então vem caindo (mais moderadamente a partir de janeiro deste ano).

A análise desagregada do *spread* de pessoa jurídica, considerando as diferentes modalidades de taxas cobradas, mostra que nas operações com taxas flutuantes houve um pequeno crescimento ao longo de todo o período³. O *spread* das operações com taxas prefixadas tiveram uma trajetória parecida com as de pessoas físicas, aumentando no primeiro semestre deste ano e caindo depois. Nas operações de taxas pós-fixadas, porém, houve uma queda significativa a partir de outubro de 2002, refletindo a melhora nas percepções de risco por parte dos agentes⁴. Como resultado, o *spread* consolidado de pessoa jurídica apresentou queda acentuada no fim do ano passado e reduções mais moderadas neste ano (Gráfico 5).

Gráfico 5
***Spread* por Tipo de Taxa Cobrada – Pessoa Jurídica**



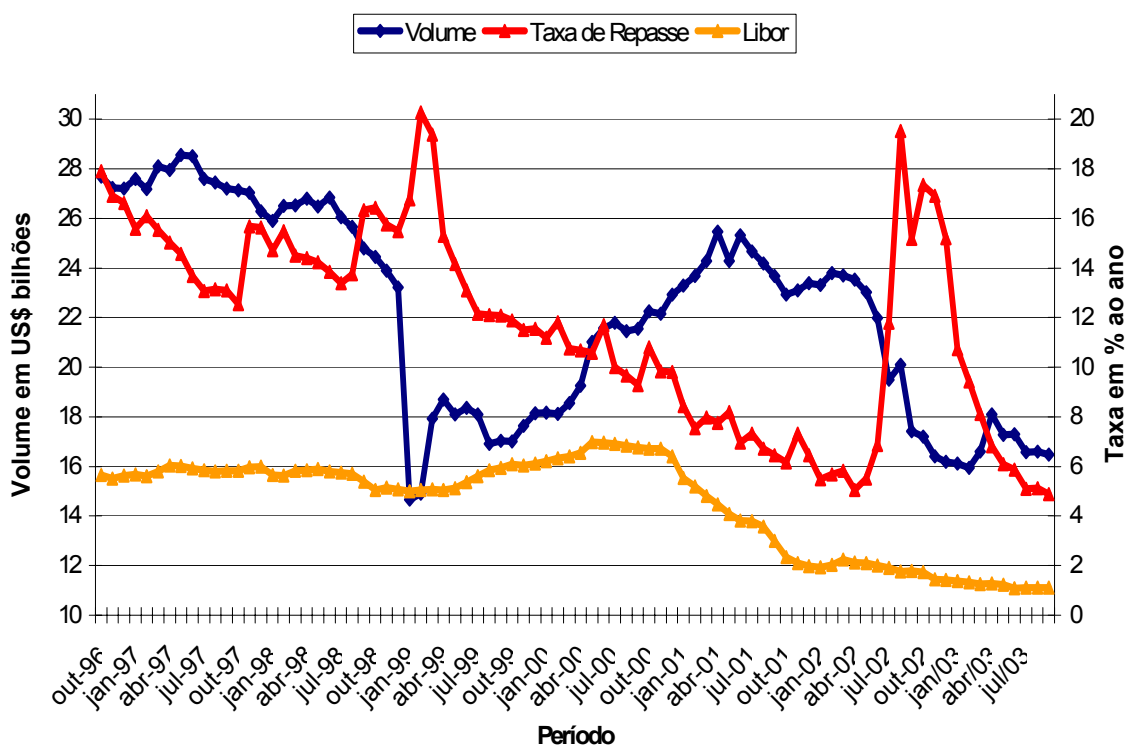
Esse comportamento do *spread* de operações com taxas pós-fixadas pode ser melhor compreendido observando-se o comportamento da taxa *Libor* e da taxa média de repasse das operações de ACC e de repasses externos medidas em dólar, isto é, sem acrescentar nelas o efeito da expectativa de variação cambial medida pela diferença entre as cotações

³ A taxa de captação utilizada no cálculo do *spread* de operações com taxas flutuantes é a média das taxas de remuneração dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI).

⁴ No cálculo do *spread* pós-fixado, por não se dispor de informações regulares sobre as taxas de captação dos bancos brasileiros no exterior, é utilizada a própria taxa *Libor* como *proxy*, acrescida da expectativa de variação cambial. Assim, em períodos de elevação do risco país, como ocorrido no segundo semestre do ano passado, o *spread* pós-fixado calculado desta maneira capta esse movimento e tende a superestimar a verdadeira margem dos bancos brasileiros.

do dólar do mês e futuras. No Gráfico 6, percebe-se que a taxa *Libor* (desconsiderando o prêmio de risco) vem caindo monotonicamente desde meados de 2000. A taxa de repasse, por sua vez, apresentou uma elevação pronunciada a partir de junho de 2002, e uma queda a partir do início deste ano, retornando ao patamar anterior a maio de 2002. Estas elevações refletem fundamentalmente as incertezas associadas à economia brasileira no período, assim como sua posterior redução reflete a melhoria na percepção do cenário econômico. Esse comportamento influenciou bastante, como se pode ver no Gráfico 5, a série de *spread* de pessoa jurídica, que por sua vez, têm grande peso na série de *spread* consolidado. Por esse motivo, a série consolidada apresentou oscilações mais suaves quando comparada à série prefixada. Cabe destacar ainda, que a diferença entre as séries das taxas pós-fixadas expostas no Gráfico 3 e das taxas de repasses apresentadas neste último gráfico deve-se apenas ao cálculo da expectativa de variação cambial do período.

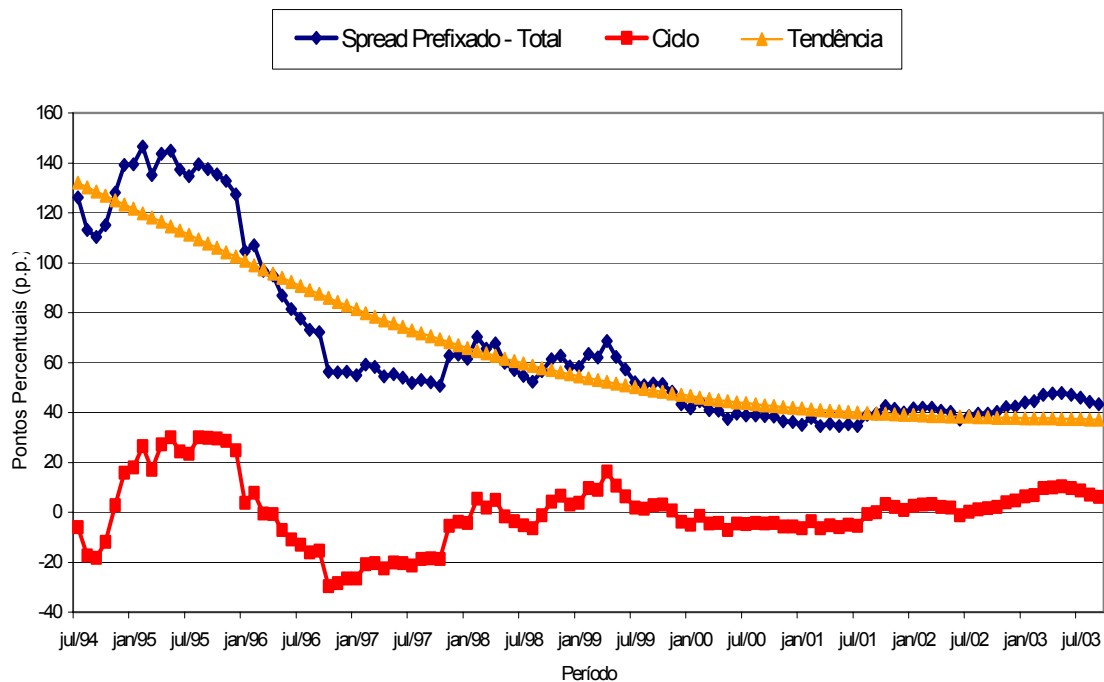
Gráfico 6
Créditos Lastreados em Recursos Externos



Pode-se concluir que as elevações recentes do *spread* médio consolidado foi resultado, fundamentalmente, da evolução dos *spreads* prefixados. Estes, por sua vez, podem ser explicados em grande medida pelo comportamento de componentes cíclicos – que refletiram a deterioração das expectativas durante o segundo semestre de 2002 – e não em função de fatores estruturais, que estariam mais ligados à cunha fiscal e às qualidades das garantias bem como a segurança quanto à efetiva recuperação ou renegociação dos créditos atrasados. Esta análise é corroborada através da atualização do exercício exposto no Box do Relatório de Inflação de junho de 2003 do Banco Central. Utilizando-se o filtro de Hodrick-Prescott (HP) na decomposição de fatores cíclicos e de tendência na série histórica atualizada, os fatores cíclicos são associados à diferença entre a série original e o

componente de tendência (ver Gráfico 7). Percebe-se que, de fato, a oscilação do *spread* verificada no período parece ser devido aos fatores cíclicos. O componente de tendência da série permanece decrescente ao longo do tempo (embora esteja se estabilizando em torno de 40 p.p.) e a diferença entre a tendência e a série original aumentou no último ano até atingir um pico e vem voltando ao nível da tendência – o que sugere um esgotamento dos fatores que impulsionaram os *spreads* para cima.

Gráfico 7
***Spread* Prefixado Total – Tendência e Ciclo**

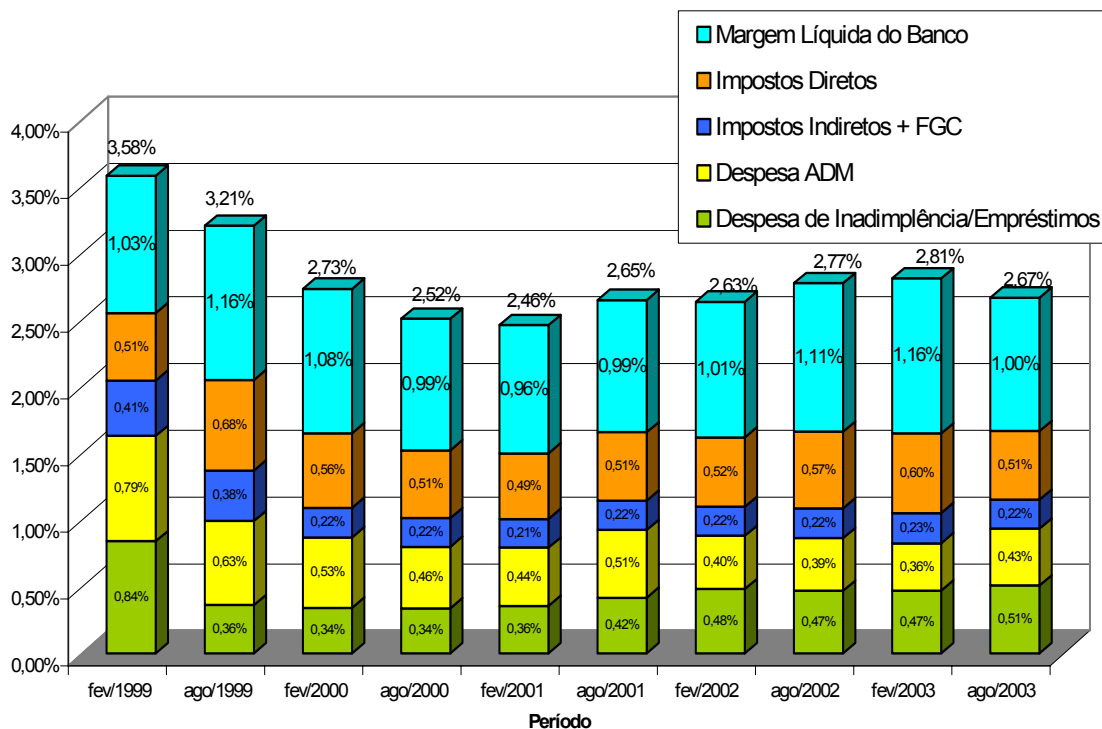


II.2 A Composição do *Spread*

A decomposição mensal do *spread* bancário prefixado mostra pequenas alterações na participação dos fatores entre agosto de 2002 e agosto deste ano, último mês com informações completas para todas as variáveis. Conforme pode ser visto no Gráfico 8, as estimativas apontam redução da participação da margem líquida dos bancos, que passou de 1,11% para 1%; e redução da parcela devida aos impostos diretos, que era de 0,57% em agosto do ano passado, e ficou em 0,51% em agosto último. A participação dos impostos indiretos e do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ficou estável em 0,22%. Por outro lado, as despesas administrativas e de inadimplência/empréstimos subiram de 0,39% e 0,47%, respectivamente, para 0,43% e 0,51%. A elevação devida a esses dois últimos fatores, entretanto, não chegou a impedir a queda do *spread* prefixado no período. Vale destacar ainda que as despesas com inadimplência/empréstimos vêm crescendo desde agosto de 2000, quando sua participação era de 0,34%, o que reforça a importância de medidas que visam diminuir problemas ligados à assimetria de informações, como o desenvolvimento e aprimoramento da Central de Risco de Crédito que ajuda diminuir problemas de

informação, bem como aquelas que visam diminuir as dificuldades de recuperação judicial, como a nova Lei de Falências (discutida no Capítulo VI) que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está sendo discutida no Senado⁵.

Gráfico 8
Composição do Spread



II.3 Comportamento Recente do Crédito

Em setembro de 2003, o saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro estava no patamar de R\$ 390,1 bilhões, o que representa um aumento de 3,8% em doze meses (Tabela 4). O volume de Recursos Direcionados cresceu 11,2% em doze meses atingindo R\$ 150,6 bilhões, elevando a importância relativa desses recursos no total de operações de crédito neste ano. Esse resultado deve-se em boa parte às operações direcionadas ao crédito rural, que atingiram R\$ 41,2 bilhões em setembro de 2003 e apresentaram um crescimento de 41,3% no período.

⁵ Para uma apresentação da avaliação das medidas adotadas e em andamento e uma exposição de novas medidas propostas, ver Capítulo III deste Relatório.

Tabela 4
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Composição

Discriminação	R\$ milhões				Variação (%)		
	set/02	dez/02	jul/03	set/03*	jul/set	ano	doze meses
Rec. Direcionados	135.395	142.925	147.424	150.616	2,2	5,4	11,2
Habitacional	21.628	21.623	22.691	22.872	0,8	5,8	5,8
Rural	29.162	34.668	38.447	41.198	7,2	18,8	41,3
BNDES	83.899	84.717	83.669	83.585	-0,1	-1,3	-0,4
Rec. Livres em R\$¹	150.900	155.267	163.469	167.751	2,6	8,0	11,2
P. Física	76.755	76.165	82.495	84.792	2,8	11,3	10,5
P. Jurídica	74.145	79.101	80.974	82.959	2,5	4,9	11,9
Recursos Externos	67.870	57.160	49.165	48.181	-2,0	-15,7	-29,0
Repasse Externos	27.089	19.967	14.197	13.176	-7,2	-34,0	-51,4
ACC	24.354	25.007	26.056	26.373	1,2	5,5	8,3
Export Notes	252	243	132	140	5,9	-42,6	-44,6
Financ. Importação	16.175	11.943	8.781	8.493	-3,3	-28,9	-47,5
R\$/US\$	3,89	3,53	2,97	2,92	-1,4	-17,3	-24,9
Valor em US\$	17.425	16.178	16.579	16.481	-0,6	1,9	-5,4
Leasing	10.422	9.474	8.269	8.438	2,0	-10,9	-19,0
Setor Público	11.167	13.481	14.551	15.028	3,3	11,5	34,6
Total Geral	375.754	378.307	382.878	390.014	1,9	3,1	3,8

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

¹ Valores que excluem os Repasses Externos.

* Dados preliminares.

As operações de crédito com recursos livres (excluindo os recursos externos⁶) alcançaram R\$167,7 bilhões ao final de setembro, representando um aumento de 11,2% em doze meses e de 8% no ano. O volume de créditos livres, tanto de pessoa física como de pessoa jurídica, apresentou um crescimento um pouco acima de 10% nos últimos doze meses, apesar do aperto monetário que caracterizou a maior parte desse período.

O saldo das operações com recursos externos em setembro deste ano foi de R\$ 48,2 bilhões. Ao longo dos últimos doze meses, esses recursos apresentaram queda de 29% no volume total. A apreciação da moeda nacional associada a uma pequena queda do saldo em dólares no período serviu para diminuir o saldo dessas operações medidos em reais. Nota-se, porém, uma retomada gradual nas linhas de crédito com o exterior por meio das operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC).

Vale ressaltar que os empréstimos feitos com recursos livres são mais sensíveis às percepções de risco por parte das instituições financeiras do que os empréstimos feitos com recursos direcionados. O pequeno aumento do saldo das operações com recursos livres e com recursos externos *vis-a-vis* o aumento do volume dos créditos direcionados pode ser em parte explicado pelas incertezas que dominaram o período e que tiveram, por conseguinte, maiores impactos no segmento livre do mercado de crédito.

A Tabela 5 apresenta o saldo das operações de crédito com recursos livres por modalidade, excluído o valor total dos créditos lastreados em recursos externos. No segmento de pessoas jurídicas destaca-se o crescimento de 22,5% em doze meses no volume de empréstimos para capital de giro (parcialmente influenciada pela redução de linhas de financiamento

⁶ O conceito de crédito lastreado em recursos externos, ao contrário do Relatório de 2002, inclui o saldo das operações de financiamento à importação.

externo), assim como o crescimento de 21,1% das operações de desconto de duplicatas. A conta garantida apresentou um crescimento menor (de 5,7%). Os saldos das operações de *vendedor* e de aquisição de bens, por sua vez, diminuíram, respectivamente, 5,9% e 1,7 %.

Tabela 5
Saldo das Operações de Crédito com Recursos Livres em R\$ - por Modalidade¹

Modalidade	R\$ milhões				Variação (%)		
	set/02	dez/02	jul/03	set/03 [*]	jul/set	ano	doze meses
Total	150.900	155.267	163.469	167.751	2,6	8,0	11,2
Pessoa Jurídica	74.145	79.101	80.974	82.959	2,5	4,9	11,9
Desconto de Duplicatas	5.665	6.000	6.396	6.858	7,2	14,3	21,1
Capital de Giro	25.697	29.501	30.662	31.485	2,7	6,7	22,5
Conta Garantida	20.090	20.247	20.958	21.242	1,4	4,9	5,7
Aquisição de Bens	4.132	4.277	4.061	4.060	0,0	-5,1	-1,7
Vendedor	7.021	7.852	6.558	6.609	0,8	-15,8	-5,9
Pessoa Física	76.755	76.165	82.495	84.792	2,8	11,3	10,5
Cheque Especial	9.144	8.545	9.620	9.885	2,7	15,7	8,1
Crédito Pessoal	24.781	24.553	27.484	28.847	5,0	17,5	16,4
Aquisição de Bens - Veículos	26.994	26.933	27.370	28.004	2,3	4,0	3,7
Aquisição de Outros Bens	4.348	4.579	4.590	4.730	3,0	3,3	8,8

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

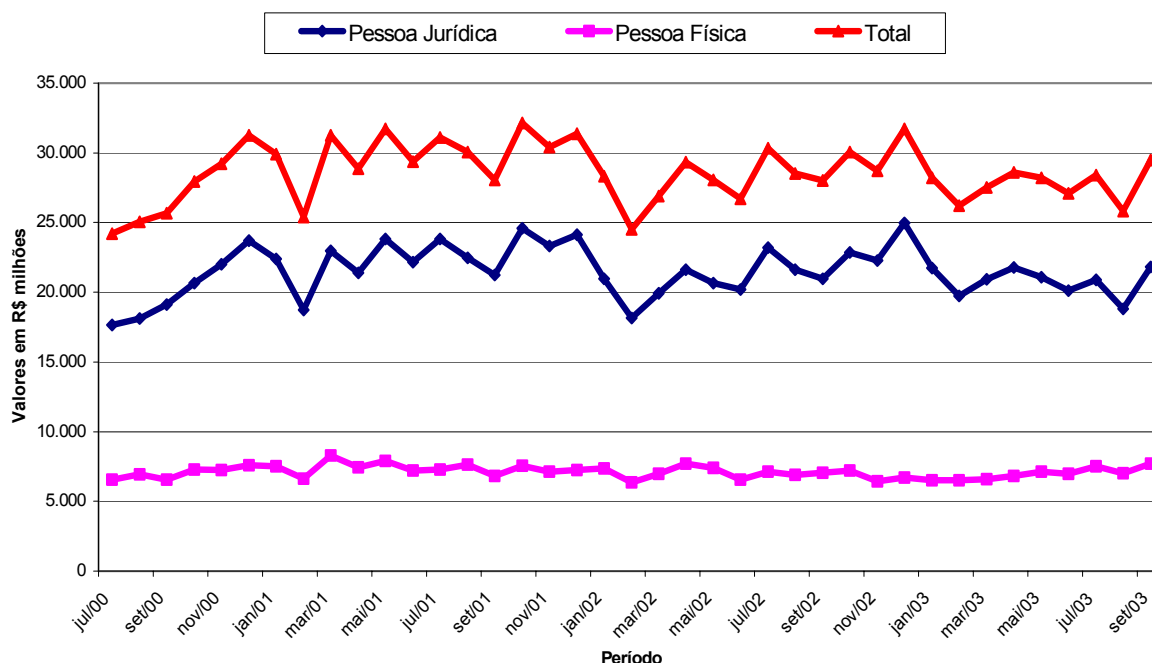
¹ Nesta tabela não está incluído o total de repasses externos.

^{*} Dados preliminares.

A evolução dos saldos das operações com pessoas físicas mostra que a maior parte do aumento nos volumes dessas operações deve-se às operações de crédito pessoal, que cresceram 16,4%; às operações de aquisições de outros bens, que aumentaram 8,8%; e ao crescimento de 8,1% nos volumes de operações de cheque especial. Na modalidade de aquisição de veículos, a elevação foi mais modesta, 3,7%.

O volume de novas concessões das operações de crédito com recursos livres deflacionado pelo IPCA a preços de junho de 2000 é apresentado no Gráfico 9. Os dados referentes a pessoa física excluem o volume de operações com cheque especial e cartão de crédito, enquanto que os dados referentes a pessoa jurídica excluem as operações de conta garantida, repasses externos e Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC). Nota-se que o volume deflacionado de novas concessões têm-se mantido estável tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. Entre setembro de 2002 e setembro último, o volume variou de R\$ 28 milhões para R\$ 29,5 milhões. A maior parte destas concessões são voltadas a pessoas jurídicas, que passou de R\$ 20,9 para R\$ 21,8 milhões. Este comportamento reflete em parte tanto a cautela de empresas e famílias com relação ao nível de endividamento, quanto uma postura seletiva das instituições financeiras na concessão de crédito.

Gráfico 9
Novas Concessões de Crédito com Recursos Livres
Deflacionadas pelo IPCA



Os prazos médios das operações de crédito com recursos livres diminuíram em 14 dias nos últimos doze meses – como pode ser observado na Tabela 6. Os prazos médios reduziram-se até o segundo trimestre do ano, quando então apresentaram algum crescimento e uma certa estabilidade. No segmento de pessoas jurídicas como um todo, o prazo médio caiu de 187 dias em julho de 2002 para 173 em setembro de 2003. As operações de capital de giro e aquisições de bens foram as principais responsáveis por essa evolução no prazo médio consolidado. Houve também um aumento significativo dos prazos das operações de *vendor* (que aumentou em 14 dias) e de repasses externos (que aumentou em 28 dias), que não foram suficientes para elevar o prazo médio consolidado das operações com pessoas jurídicas. No segmento pessoa física, o prazo médio da modalidade cheque especial manteve-se estável, atingindo 21 dias em setembro, enquanto o prazo da modalidade crédito pessoal aumentou, contrariamente ao movimento observado para aquisição de veículos e de outros bens, cujos prazos médios caíram nos últimos doze meses. Como resultado, o prazo médio consolidado das operações com pessoas físicas caiu ao longo do período de 315 dias em julho de 2002 para 291 dias em setembro de 2003.

Tabela 6
Prazo Médio Consolidado das Operações de Crédito com Recursos Livres (em dias)

Modalidade	jul/02	set/02	dez/02	mar/03	jul/03	set/03*
Total	233	230	227	219	220	219
Pessoa Jurídica	187	185	177	172	175	173
Desconto de Duplicatas	37	37	32	32	31	31
Capital de Giro	264	253	238	234	230	232
Conta Garantida	24	23	22	22	23	23
Aquisição de Bens	279	276	258	250	257	263
Vendor	74	72	70	66	84	88
Adiant. Contratos de Câmbio	119	112	100	106	120	115
Repasse Externos	271	272	299	288	290	299
Pessoa Física	315	312	317	298	292	291
Cheque Especial	20	21	21	21	20	21
Crédito Pessoal	207	214	220	209	212	218
Aquis. de Bens - Veículos	517	511	517	508	506	505
Aquisição de Outros Bens	174	184	165	166	161	163

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

* Dados preliminares.

Em relação a atrasos, a Tabela 7 apresenta os dados que mostram que no segmento pessoa física o percentual da carteira de crédito com atraso (acima de 90 dias) é bem mais elevado do que o mesmo percentual no segmento pessoa jurídica. Este resultado explica em parte a diferença entre os *spreads* médios observados entre pessoas físicas e jurídicas.

Ao longo do período, o percentual de atraso no segmento pessoa jurídica apresentou uma pequena elevação. Destacam-se os aumentos das taxas de inadimplência nos repasses externos e nas operações de *vendor* (que aumentaram de 0,6 e 0,3, respectivamente, em julho de 2002 para 1,5 em setembro de 2003), e a queda nas operações de desconto de duplicatas, que foram de 4,3% para 3,1% no mesmo período. Já entre as pessoas físicas, a taxa de inadimplência teve uma pequena queda – de 8,2% a 7,7%. A única modalidade que apresentou aumento para o grupo de pessoas físicas foi a das operações de aquisição de veículos. Todas as demais apresentaram reduções nas taxas de inadimplência. Quanto ao total de atrasos acima de 90 dias, observa-se uma pequena queda na taxa ao final do ano passado, um aumento no primeiro semestre deste ano, após o que essa taxa estabilizou. Vale destacar que, apesar deste movimento afetar as despesas com inadimplência/empréstimos, ele não a determina completamente, pois não é o único fator levado em consideração no cálculo de provisão de créditos.

Tabela 7
Percentuais da Carteira com Atraso Acima de 90 Dias

Modalidade	jul/02	set/02	dez/02	mar/03	jul/03	set/03*
Total	4,4	4,4	4,0	4,3	4,6	4,6
Pessoa Jurídica	2,3	2,3	1,9	2,3	2,6	2,6
Desconto de Duplicatas	4,3	4,4	3,7	3,4	3,2	3,1
Capital de Giro	4,1	4,0	3,2	3,5	3,9	4,2
Conta Garantida	1,5	1,5	1,6	1,8	2,5	1,4
Aquisição de Bens	1,9	1,8	1,7	2,0	2,0	1,9
Vendor	0,3	0,5	0,4	0,5	1,6	1,5
Adiant. Contratos de Câmbio	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5
Repasse Externos	0,6	0,5	0,2	1,0	1,4	1,5
Pessoa Física	8,2	8,3	7,8	7,6	7,8	7,7
Cheque Especial	9,0	8,9	8,4	7,1	7,7	7,7
Crédito Pessoal	9,1	9,2	8,4	8,2	8,3	7,7
Aq. de Bens - Veículos	3,0	2,9	2,9	3,3	3,5	3,5
Aquisição de Outros Bens	13,6	12,8	11,4	11,3	13,0	11,9

Fonte: BCB - Departamento Econômico (DEPEC).

* Dados preliminares.